

Cursos de Economia e de Administração e Gestão de Empresas

DIREITO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

2ª frequência

08/01/2013

Nome: _____

Número: _____

Turma: _____

Folha de exame para entregar

I

Escolha apenas uma das afirmações relativas a cada uma das questões abaixo enunciadas, desenhando um círculo sobre a letra que assinala a (única) resposta que considera correcta.

Atenção: Por cada resposta assinalada errada será deduzida à cotação global do teste 0,5 valor, pelo que em caso de dúvida é preferível não responder, uma vez que se não assinalar qualquer resposta não sofre dedução.

Nas questões 3 e 4 justifique as suas respostas (respeitando o espaço disponível para o efeito), indicando, se possível, as disposições legais aplicáveis. As respostas certas não fundamentadas são cotadas com 1,0 valor.

1. A denominação «Belavista – Turismo & Lazer, Lda & Eugénio Silva», constitui:

A. A firma de uma sociedade em nome coletivo;

B. A firma de uma sociedade por quotas;

C. A firma de uma sociedade anónima;

D. A firma de uma sociedade em comandita.

2. Pode ser objeto de um processo de insolvência:

A. Uma empresa pública, desde que organizada na forma de sociedade anónima;

B. Qualquer sociedade anónima que não seja empresa pública;

C. Qualquer sociedade anónima;

D. Uma sociedade anónima que, não sendo entidade pública, não se dedique a uma atividade financeira ou seguradora.

3. O negócio jurídico unilateral:

A. Pode ser um contrato.

B. Pode corresponder a uma doação.

C. Pode não ser um ato jurídico.

D. Pode consistir numa deliberação dos sócios.

Tratando-se de uma manifestação de vontade intencional, os respetivos efeitos não são diferenciados, porquanto prevalece a vontade da maioria dos participantes ou de um número suficiente para a formar.

Estamos perante um negócio jurídico unilateral, plural, disjunto, em cuja formação pode haver vontades discrepantes, mas só se afirma externamente um único sentido: o da aprovação de uma proposta de deliberação.

4. A SGPS tem como característica:

A. Não se poder constituir sob a forma de sociedade por quotas;

B. Não poder exercer diretamente uma atividade económica;

C. Não estar sujeita a fiscalização permanente se se constituir como sociedade por quotas;

D. Ter um máximo de 70% da respetiva carteira com participações inferiores a 10% das participadas.

O que caracteriza precisamente a SGPS é a especificidade do seu objeto. O de se tratar de uma sociedade que tem por objeto exclusivo o exercício, por forma indireta – isto é, através de participações de que seja titular ou detentora – de uma atividade económica comercial.

A exclusividade do seu objeto afasta a possibilidade desta sociedade poder exercer diretamente a atividade comercial. Só o faz, na medida em que é titular de participações (ações e, ou, quotas) noutras sociedades que, essas sim, exercem uma atividade económica comercial (bancária, transportadora, de distribuição, de serviços, etc.).

Estão reguladas no DL 495/98, de 30 de dezembro, sendo relevante – para efeitos de resposta a esta questão – o disposto no art. 1º.

Cotação das diversas questões:

Grupo I: 6,0 valores [1 e 2: 1,0 valor cada (total de 2,0 v.). 3 e 4: 2,0 valores cada (total de 4,0 v.)].

Grupos II e III: 7,0 valores cada.

Observações finais:

1. Faça uma **letra legível** e não exceda o **espaço disponível** (para evitar penalização), entregando esta folha, no máximo **30mn** após o início do teste, para receber a segunda parte do teste.
2. Caso se engane a colocar o círculo, ponha uma cruz por cima do círculo e faça um novo círculo, indicando à margem, se necessário, qual a sua opção final.
3. Duração total: 2 horas (120 mn).
4. Pode utilizar legislação (não anotada). Se recorrer a *tablet*, o mesmo não pode ter ligação à Internet, nem ficheiros com matéria.
5. Durante a resposta a este grupo não se pode ausentar da sala.
6. O telemóvel deve permanecer desligado.

Cursos de Economia e de Administração e Gestão de Empresas

DIREITO ECONÓMICO E EMPRESARIAL

2ª frequência

08/01/2013

II

Duas empresas produtoras de ananás dos Açores celebraram um acordo de entendimento no qual se estabeleceu, nomeadamente, que:

- (a) a empresa “Ananás da Lagoa, Lda” distribuirá o seu produto exclusivamente na região Norte do país, enquanto a empresa “Ananás da Ribeira Grande, S.A.” terá exclusividade na região Sul do país;
- (b) a empresa que decidir aumentar o preço de venda do seu produto deverá notificar a outra com dez dias de antecedência, não podendo o aumento em causa ser superior a 10%; e
- (c) as duas empresas se propõem doar, no ato de assinatura do presente acordo, uma quantia de € 50.000 à Região Autónoma dos Açores para o Fundo de Promoção dos Produtos Regionais.

1. Pronuncie-se sobre a legalidade e validade do acordo em causa e das cláusulas enunciadas.

Alínea a): violação da alínea c) do nº1 do Artigo 9.º da Lei da Concorrência.

Alínea b): violação da alínea a) do nº 1 do Artigo 9.º.

Alínea c): A cláusula em causa é válida. O apoio à promoção dos produtos regionais nos moldes aqui descritos não pode ser considerado como uma coligação dos produtores à luz do Artigo 9.º, pois não é razoável assumir que possa o impedir, falsear ou restringir de forma sensível a concorrência no todo ou em parte do mercado nacional, nomeadamente no âmbito das alíneas referidas no n.º 1 do Artigo 9.º

Finalmente, poder-se-ia discutir a validade de uma cláusula que se concretiza numa doação do comerciante (no caso, uma sociedade comercial). Se a mesma não for feita ao abrigo da Lei do Mecenato ou de disposição especial que a reconheça, pode suscitar naturais dúvidas.

O Acordo é nulo por ter cláusulas nulas.

2. Refira quem deverá outorgar o acordo em representação das sociedades envolvidas e qual é o respetivo capital social mínimo.

A sociedade “Ananás da Lagoa, Lda” terá de ter um capital mínimo de € 1,00 e será representado por um ou mais gerentes.

A sociedade “Ananás da Ribeira Grande, S.A.” terá de ter um capital mínimo de € 50.000,00 e será representado por um ou mais administradores.

3. Tendo em conta que as empresas se dedicam à produção e comercialização de ananás, qualifique-as e refira se estão sujeitas ao regime do Código das Sociedades Comerciais.

Estamos perante sociedades civis sob forma comercial, uma vez que as empresas agrícolas, como é o caso, não são comerciais (cfr. art. 230º, § 2º) e não se podem constituir como tais.

Não obstante serem empresas civis, estas sociedades podem adotar forma comercial, designadamente de sociedade por quotas ou anónima. Tendo-o feito ficam sujeitas ao regime do CSC (cfr. art. 1º, nº 4 do CSC).

III

António, Bernardo, Carlos, Duarte e Eduardo pretendem constituir uma sociedade comercial com o propósito de prestar consultadoria na área da internet. Para montarem o seu projeto, os sócios estimam que necessitarão de um montante global de € 100.000.

Todos os sócios terão participações com idêntico valor. António e Bernardo, porém, ainda não dispõem da liquidez suficiente e pretendem entregar à sociedade inicialmente € 10.000 cada e o remanescente no prazo dois anos, pelo que sugerem que os sócios realizem apenas metade do capital social subscrito.

1. Os sócios estão indecisos e não sabem se devem constituir uma sociedade por quotas ou uma sociedade anónima. Há alguma diferença entre os dois tipos sociais para efeitos de responsabilidade pelas dívidas sociais perante terceiros?

Tendo em conta o seu reduzido número, o capital social não ser exorbitante e o próprio objeto da sociedade não requerer meios adicionais avultados, a sociedade por quotas afigura-se um tipo societário menos dispendioso.

No entanto, neste tipo societário os sócios respondem solidariamente pela totalidade do capital subscrito (não realizado) (cfr. art. 197º, nº 1 do CSC), ao passo que nas SA a sua responsabilidade encontra-se limitada ao capital por eles subscrito (cfr. art. 271º do CSC).

2. Os sócios pretendem assegurar que Carlos contribuirá com os seus conhecimentos na área das tecnologias de informação. Poderão fazê-lo? De que forma?

Carlos poderá ficar obrigado, a prestar acessoriamente serviços na área das tecnologias de informação, devendo para o efeito os sócios preverem contratualmente essa obrigação, a cumprir gratuita ou onerosamente, conforme estipulado (cfr. arts. 209º e 287º do CSC, em especial, respetivos nºs 1 e 2).

Não o fazendo, apenas poderão procurar contratar com ele a prestação de serviços, ficando naturalmente dependentes da sua vontade.

A obrigação em causa nunca pode ser de entrada, porque não pode configurar uma participação de indústria, mas pode ser uma obrigação de prestação acessória (cfr. art. 209º e 287º do CSC).

Em acréscimo: Porventura cargo de gerente ou administrador.

3. Se os sócios optarem por constituir uma sociedade anónima, qual é que será o modelo de governação aconselhável e que órgãos deverá o mesmo integrar? Porquê?

O modelo de governação mais aconselhável será o modelo clássico, na sua expressão mais reduzida: administrador único (ou CA) e Fiscal Único (cfr. arts. 278º, nºs 1, *alínea a*), e 2, e 390º, nº 2 do CSC), para limitar os respetivos custos.

Em alternativa, e pretendendo todos os sócios seguir de perto a gestão da sociedade, poderá ser adotado o modelo germânico, reconduzindo os acionistas ao CGS e entregando a gestão societária a um único administrador executivo (cfr. art. 278º, nº 1, *alínea c*), 424 e 434º, nº 1 do CSC). À margem do CGS existirá um ROC.

4. Imagine que o contrato de sociedade era omissivo o que respeita à realização de prestações acessórias e que quatro sócios votam favoravelmente a exigibilidade de suprimentos, no montante de € 10.000,00 por sócio. Quem fica obrigado a disponibilizar o dinheiro à sociedade?

Não se encontrando contratualmente prevista a possibilidade de ser exigida a realização de suprimentos, nenhum sócio pode ser obrigado a realizar esses suprimentos, por maior que seja a maioria que os aprove (cfr. art. 86º, nº 2 do CSC).

No entanto, os sócios que votarem favoravelmente uma deliberação sobre prestação de suprimentos ficam vinculados a prestá-los (cfr. art. 244º, nº 2 do CSC).

Se a obrigação constar do contrato aplica-se o regime das obrigações acessórias (cfr. art. 244º, nº1 do CSC), sendo *a priori* suficiente a aprovação por maioria.

Cotação das diversas questões:

Grupo I: 6 valores [nºs **1 e 2**: 1 valor cada (total de 2,0 v.) / nº **3 e 4**: 2 valores (total de 4,0 v.)].

Grupo II: 7,0 valores (nº **1**: 4,0 valores; nºs **2 e 3**: 1,5 valor cada (total de 3,0 v.)).

Grupo III: 7,0 valores (nºs **1 e 3**: 2,0v cada (total de 4,0 v.); nºs **2 e 4**: 1,5v cada (total de 3,0 v.)).

Observações finais:

1. Antes de iniciar as suas respostas (que deve fundamentar, citando as disposições legais aplicáveis, se as conhecer, sem as transcrever), leia com atenção o enunciado do teste.
2. Justifique as respostas, colocando as hipóteses que entender.
3. Indique a turma a que pertence.
4. Faça uma letra legível.
5. Pode utilizar legislação (não anotada), recorrendo a *tablet* sem ligação à Internet e sem ficheiros com matéria.
6. Durante o teste não se poderá ausentar da sala. Se o fizer, por motivo de força maior e mediante autorização pontual, o facto deverá ser averbado na folha de exame, bem como a duração da ausência.
7. Duração (prevista) para os **Grupos II e III**: 1h30 (**90 minutos**).
Duração total do teste: 2h (**120 minutos**, isto é, 30+90).
8. O telemóvel deve permanecer desligado.